



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

DIREÇÃO DE SERVIÇOS DE RECURSOS HUMANOS

CPG/6/2024-DRE

PROCEDIMENTO POR CONSULTA PRÉVIA

“AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO ESPECÍFICO E EQUIPAMENTO
DE PROTEÇÃO PARA OS TRABALHADORES DA DIREÇÃO
REGIONAL DE ESTRADAS”

CADERNO DE ENCARGOS



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NO ARTIGO 49.º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS (CCP):

- TODAS AS REFERÊNCIAS A NORMAS/HOMOLOGAÇÕES E A ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS NAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO DEVEM SER CONSIDERADAS, PARA OS DEVIDOS EFEITOS, ACOMPANHADAS DA MENÇÃO «OU EQUIVALENTE»;
- AS REFERÊNCIAS A DETERMINADO FABRICO OU PROVENIÊNCIA, A PROCEDIMENTO ESPECÍFICO QUE CARACTERIZE PRODUTOS OU SERVIÇOS PRESTADOS POR DETERMINADO FORNECEDOR, OU A MARCAS COMERCIAIS, PATENTES, TIPOS, ORIGENS OU MODOS DE PRODUÇÃO NAS PEÇAS DO PROCEDIMENTO DEVEM SER CONSIDERADAS, PARA OS DEVIDOS EFEITOS, ACOMPANHADAS DA MENÇÃO «OU EQUIVALENTE».



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

Índice

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS.....	1
CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	1
Cláusula 1. ^a Objeto	1
Cláusula 2. ^a contrato	1
Cláusula 3. ^a Duração do contrato	2
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	2
SECÇÃO I OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR.....	2
SUBSECÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS	2
Cláusula 4. ^a Obrigações principais do fornecedor	2
SUBSECÇÃO II DEVER DE SIGILO.....	3
Cláusula 5. ^a Informação e sigilo.....	3
SECÇÃO II PATENTES, LICENÇAS E MARCAS REGISTRADAS	3
Cláusula 6. ^a Patentes, licenças e marcas registadas	3
SECÇÃO III OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE	3
Cláusula 7. ^a Preço contratual	3
Cláusula 8. ^a deslocações	4
Cláusula 9. ^a Condições de pagamento.....	4
CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO	4
Cláusula 10. ^a Penalidades contratuais	4
Cláusula 11. ^a Força maior	5
Cláusula 12. ^a Resolução por parte do contraente público e prestador de serviços	6
CAPÍTULO IV - SEGUROS	6
Cláusula 13. ^a Seguros	6



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

CAPÍTULO V - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS	7
Cláusula 14. ^a Foro competente.....	7
CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS	7
Cláusula 15. ^a Subcontratação e cessão da posição contratual	7
Cláusula 16. ^a Responsabilidade	7
Cláusula 17. ^a Pareceres Prévios, licenciamentos e autorizações	7
Cláusula 18. ^a Revisão de preços	7
Cláusula 19. ^a Legislação aplicável	8
PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS.....	9
CLÁUSULA ÚNICA CARATERÍSTICAS, CONDIÇÕES E QUANTIDADES DOS BENS A FORNECER...	9



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

PARTE I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 1.ª | OBJETO

1. O objeto do contrato, a celebrar entre a Região Autónoma da Madeira, através da Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas, Direção Regional de Estradas (DRE), e o fornecedor dos bens consiste, de acordo com as Disposições Técnicas na Parte II deste Caderno de Encargos, na aquisição de bens designada por **“AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO ESPECÍFICO E EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO PARA OS TRABALHADORES DA DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS”**.
2. O preço base é o montante máximo que a Região Autónoma da Madeira, através da Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas, Direção Regional de Estradas, se dispõe a pagar pela totalidade dos bens que constituem o objeto do contrato a celebrar, e que no presente procedimento é de 96 204,53 € (noventa e seis mil, duzentos e quatro euros e cinquenta e três centimos), não incluindo IVA.
3. Os concorrentes têm de apresentar preço para todos os itens da lista de preços unitários, sob pena de exclusão.
4. O preço constante da proposta será indicado em algarismos e não deverá incluir o IVA, nos termos artigo 60.º do Código dos Contratos Públicos;
5. Os equipamentos objeto do contrato deverão ser entregues diretamente no Estaleiro da 1.ª Secção - Estaleiro da Cancela, Caminho do Pináculo, S. Gonçalo, 9060-236 Funchal.

CLÁUSULA 2.ª | CONTRATO

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato integra ainda os seguintes elementos:
 - a) os suprimientos dos erros e omissões do Caderno de Encargos, identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) o presente Caderno de Encargos;
 - d) a proposta adjudicada;
 - e) os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas a) a e) do número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.
5. Além dos documentos indicados, o adjudicatário obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.

CLÁUSULA 3.ª | DURAÇÃO DO CONTRATO

1. A execução do contrato terá início após a sua assinatura e terá uma duração máxima de 120 (cento e vinte) dias.
2. O contrato vigorará até se esgotar o preço contratual (com o fornecimento da totalidade dos bens a adquirir) ou pelo prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

SECÇÃO I | OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

SUBSECÇÃO I | DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA 4.ª | OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO FORNECEDOR

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrerão para o fornecedor as seguintes obrigações principais:
 - a) Obrigação de proceder à entrega dos bens no Estaleiro da 1.ª Secção - Estaleiro da Cancela, Caminho do Pináculo, S. Gonçalo, 9060-236 Funchal.
2. A título acessório, o fornecedor ficará ainda obrigado a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados ao fornecimento dos bens, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a cargo.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

SUBSECÇÃO II | DEVER DE SIGILO

CLÁUSULA 5.ª | INFORMAÇÃO E SIGILO

1. O cocontratante deve prestar ao contraente público todas as informações que este lhe solicitar e que sejam necessárias à fiscalização do modo de execução do contrato, devendo o contraente público satisfazer os pedidos de informação formulados pelo cocontratante e que respeitem a elementos técnicos na sua posse cujo conhecimento se mostre necessário à execução do contrato.
2. Salvo quando, por força do contrato, caiba ao cocontratante o exercício de poderes públicos, compete exclusivamente ao contraente público a satisfação do direito à informação por parte de particulares sobre o teor do contrato e quaisquer aspetos da respetiva execução.
3. O contraente público e o cocontratante guardam sigilo sobre quaisquer matérias sujeitas a segredo nos termos da lei às quais tenham acesso por força da execução do contrato.

SECÇÃO II | PATENTES, LICENÇAS E MARCAS REGISTRADAS

CLÁUSULA 6.ª | PATENTES, LICENÇAS E MARCAS REGISTRADAS

1. São da responsabilidade do fornecedor dos bens quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.
2. Caso a entidade adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o fornecedor dos bens indemniza-a de todas as despesas que, em consequência, haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

SECÇÃO III | OBRIGAÇÕES DA ENTIDADE ADJUDICANTE

CLÁUSULA 7.ª | PREÇO CONTRATUAL

1. Pelo fornecimento dos bens objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a Região Autónoma da Madeira / Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas (Direção Regional de Estradas) deverá pagar ao fornecedor, os bens efetivamente fornecidos, nos termos da cláusula 1.ª e 4.ª da Parte I do caderno de encargos e de acordo com os preços constantes da lista de preços unitários da proposta adjudicada.
2. O preço contratual da proposta adjudicada não poderá ser superior ao preço base fixado no presente caderno de encargos, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
3. O preço referido no número anterior incluirá todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público (incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças).



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

CLÁUSULA 8.ª | DESLOCAÇÕES

1. Considera-se incluído na presente aquisição de bens 2 (duas) deslocações à Região Autónoma da Madeira, nomeadamente:

- 1.ª Deslocação: Deslocação aos 3 (três) estaleiros da Direção Regional de Estradas com o intuito de recolher a informação referente às quantidades de cada tamanho do vestuário e calçado de proteção a atribuir a cada trabalhador;
- 2.ª Deslocação: Entrega dos bens adquiridos nos respetivos estaleiros (3 dias).

CLÁUSULA 9.ª | CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. Os pagamentos ao adjudicatário serão efetuados mediante a apresentação de faturas acompanhadas dos elementos justificativos que deverão ser entregues até ao dia 8 do mês seguinte.

2. Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 dias após a apresentação das faturas respetivas que deverão ser emitidas em momento posterior ao cumprimento do fornecimento dos bens, objeto do contrato em causa.

CAPÍTULO III - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

CLÁUSULA 10.ª | PENALIDADES CONTRATUAIS

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Região Autónoma da Madeira / Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas (através da Direção Regional de Estradas) poderá aplicar ao fornecedor o seguinte regime de penalidades:

— Horas em atraso - calculada de acordo com a seguinte fórmula: $P = Fh \times Ph$, em que P corresponde ao valor da penalidade, Fh corresponde ao número de horas em atraso e Ph ao preço/hora contratado e respeitante aos bens em falta.

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do fornecedor, a Região Autónoma da Madeira / Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas (através da Direção Regional de Estradas) poderá exigir a este o pagamento de uma pena pecuniária, que não poderá ser superior a 20% do preço contratual.

3. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e a Região Autónoma da Madeira / Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas (através da Direção Regional de Estradas) decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Região Autónoma da Madeira / Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas (através da Direção Regional de Estradas) terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Região Autónoma da Madeira / Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas (através da Direção Regional de Estradas) exija uma indemnização pelo dano excedente.

CLÁUSULA 11.^a | FORÇA MAIOR

1. A não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior não será havida como incumprimento, pelo que não deverão, nesses casos, ser impostas penalidades ao fornecedor.

2. Entende-se como casos de força maior o conjunto de circunstâncias que impossibilitem a realização pontual das prestações, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

3. Desde que verificados os requisitos do número anterior poderão constituir casos de força maior, entre outros, os tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

4. Não constituirão casos de força maior:

- a) as circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) as determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento, pelo fornecedor, de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- c) as manifestações populares devidas ao incumprimento de normas legais pelo fornecedor;
- d) os incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor, cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência deste ou ao incumprimento de normas de segurança;
- e) as avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor, não resultantes de sabotagem;
- f) os eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

5. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deverá ser imediatamente comunicada à outra parte.

6. A força maior determinará a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

CLÁUSULA 12.ª | RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO E PRESTADOR DE SERVIÇOS

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Região Autónoma da Madeira / Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas - Direção Regional de Estradas poderá resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar, de forma grave ou reiterada, qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente:

- a) Se não forem cumpridas as especificações técnicas estabelecidas neste Caderno de Encargos;
- b) Quando a demora em iniciar o fornecimento exceder em 4 horas o prazo fixado no contrato;
- c) Quando houver recusa expressa no pagamento das penalidades;

2. O direito de resolução referido no número anterior exercer-se-á mediante declaração enviada ao fornecedor e não determinará a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Região Autónoma da Madeira / Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas - Direção Regional de Estradas.

3. A resolução do contrato não invalida o direito a qualquer ação que venha a ser interposta por parte da Região Autónoma da Madeira / Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas - Direção Regional de Estradas com vista à justa indemnização por perdas e danos eventualmente sofridos com incumprimento do contrato.

4. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços poderá resolver o contrato nos termos do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO IV - SEGUROS

CLÁUSULA 13.ª | SEGUROS

1. Serão da exclusiva responsabilidade do adjudicatário todas as obrigações relativas ao pessoal abrangido pelo presente contrato, assim como, o cumprimento de toda a legislação aplicável, nomeadamente, aquela relativa à celebração de seguros de acidentes de trabalho, ao cumprimento do horário de trabalho e à contratação de trabalhadores imigrantes, bem como a legislação relativa à celebração de seguros de responsabilidade civil.

2. Serão também da exclusiva responsabilidade do cocontratante todas as obrigações relativas à salvaguarda do equipamento utilizado na execução do contrato, assim como, o cumprimento de toda a legislação aplicável, nomeadamente, aquela relativa à celebração de seguros de danos próprios e seguros contra terceiros, devendo para tal subscrever e manter em vigor durante o período de execução do contrato as apólices de seguro previstas na legislação aplicável, devendo exibir cópia das mesmas, bem como do recibo de pagamento do respetivo prémio.

3. A Região Autónoma da Madeira / Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas - Direção Regional de Estradas poderá, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o fornecedor fornecê-la no prazo 5 dias úteis.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

CAPÍTULO V - RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

CLÁUSULA 14.^a | FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 15.^a | SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

O recurso à subcontratação e a cessão da posição contratual pelo fornecedor dos bens dependem de autorização da Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas, através da Direção Regional de Estradas, nos termos do artigo 316.º a 324.º do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 16.^a | RESPONSABILIDADE

1. O fornecedor responderá, nos termos da lei, por todos os danos ou prejuízos sofridos pela Região Autónoma da Madeira / Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas - Direção Regional de Estradas, seus trabalhadores, operadores ou terceiros, em consequência do fornecimento, devendo para tal celebrar os necessários contratos de seguros, conforme disposto na cláusula 10.^a.

2. Se a Região Autónoma da Madeira / Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas - Direção Regional de Estradas tiver que assumir a indemnização de prejuízos que, nos termos do presente caderno de encargos, são da responsabilidade do adjudicatário, este indemnizá-lo-á em todas as despesas que, por esse fato e seja a que título for, houver que suportar, assistindo à Região Autónoma da Madeira / Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas - Direção Regional de Estradas o direito de regresso das quantias que tiver pago ou que tiver que pagar.

3. A Região Autónoma da Madeira / Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas - Direção Regional de Estradas não responderá por quaisquer danos ou prejuízos sofridos pelo adjudicatário, salvo culpa comprovada dos trabalhadores da Direção Regional de Estradas, no exercício das respetivas funções.

CLÁUSULA 17.^a | PARECERES PRÉVIOS, LICENCIAMENTOS E AUTORIZAÇÕES

À data da elaboração do presente Caderno de Encargos, não existem pareceres que possam condicionar o procedimento e a execução do contrato.

CLÁUSULA 18.^a | REVISÃO DE PREÇOS

O valor a liquidar é o estabelecido no contrato, correspondente a todos os trabalhos necessários, não havendo lugar a revisão de preços.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

CLÁUSULA 19.^a | LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o que se encontra omissa no presente caderno de encargos, observar-se-á o disposto no código dos contratos públicos, aprovado pelo decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na redação atual e restante legislação aplicável.



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

PARTE II - CLÁUSULAS TÉCNICAS

CLÁUSULA ÚNICA | CARATERÍSTICAS, CONDIÇÕES E QUANTIDADES DOS BENS A FORNECER

1. O contrato a celebrar visa a aquisição de fardamento e equipamento de proteção individual de acordo com as quantidades abaixo:

ARTIGO	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
1. Casaco Polar Amarelo (na parte superior) e azul marinho	Casaco de alta visibilidade bicolor em malha polar, 100% Poliéster com pelo menos 280gr/m ² , gola alta e fecho completo na frente, fitas refletoras nos braços e corpo, 3 bolsos com fecho e inscrição (Bordado) das siglas “DRE” nas costas do casaco. Normas: EN 340 e EN 471.	268
2. Fato-macaco Amarelo (na parte superior) fluorescente e azul marinho	Fato de macaco de alta visibilidade bicolor em sarja, fitas refletoras no peito, mangas e pernas, 3 bolsos na frente e 2 atrás, 80% Poliéster, 20% algodão, com contraste de 65% poliéster e 35% algodão, gramagem mínima: fluorescente: 210gr/ m ² e Contraste: 190gr/ m ² e inscrição (Bordado) das siglas “DRE” nas costas do fato. Normas: EN 340 e EN 471.	93
3. Calças Azul marinho e amarelo fluorescente (abaixo do joelho)	Calças de alta visibilidade bicolor em sarja, duas fitas refletoras com barra fluorescente entre elas, fluorescente, 80% poliéster, 20% algodão, contraste 65% poliéster e 35% de algodão, gramagem mínima: fluorescente: 210gr/ m ² e Contraste: 190gr/ m ² , cintura com elástico, seis bolsos, sem forro e inscrição (Bordado) das siglas “DRE” num dos bolsos das calças, na lateral da perna. Normas: EN 340 e EN 471.	671
4. Polo manga curta Amarelo fluorescente (na parte superior) e azul marinho	Polo de alta visibilidade bicolor Brid-eye 100% poliéster, com gramagem mínima: 160 gr/m ² , de manga curta, fitas refletoras no corpo, tecido transpirável, gola com 3 botões e 1 bolso e inscrição (Bordado) das siglas “DRE” no bolso. Normas: EN 340 e EN 471.	670



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

5. Polo manga comprida Amarelo (na parte superior) fluorescente e azul marinho	Polo de alta visibilidade bicolor Brid-eye 100% poliéster, com gramagem mínima: 160 gr/m ² , de manga comprida, fitas refletoras no corpo e mangas, tecido transpirável, gola com 3 botões e 1 bolso e inscrição (Bordado) das siglas “DRE” no bolso. Normas: EN 340 e EN 471.	533
6. Colete Amarelo	Colete de alta visibilidade 100% poliéster, ajustável por fecho de velcro, com alças e 2 fitas refletoras na vertical e horizontal c/50 mm de largura e Inscrição (estampado) das siglas “DRE” nas costas do colete. Norma: EN 471 Classe 2:2.	525
7. Colete Amarelo (perfurado)	Colete de malha respirável (tecido perfurado) 100% poliéster, ajustável por fecho de velcro, com alças e 2 fitas refletoras na vertical e horizontal c/50 mm de largura e Inscrição (estampado) das siglas “DRE” nas costas do colete. Norma: EN 471 Classe 1:2.	44
8. Impermeável Azul marinho (casaco e calça)	Casaco impermeável com boa visibilidade em condições de obscuridade, 2 bolsos grandes e um bolso externo na parte do peito, com cordão de ajuste no capuz e na bainha e inscrição (estampado) das siglas “DRE” nas costas do casaco. Tecido 100% poliéster revestido a PU, no mínimo 190g.	220
	Calça impermeável em tecido 100% poliéster, revestido a PU, com o mínimo de 190g, para ser usada sobre calças de trabalho, proteção contra a água e o frio, fita refletora, bolsos na lateral, costura selada e impermeável para garantir uma barreira contra a chuva e o frio. Bainha ajustável por botões de pressão. Norma: EN343 classe 3:1.	
9. Fato descartável Branco (Aplicação de produtos fitofarmacêuticos)	Fato descartável em PE, anti estático, com capuz, tornozelos pulsos e “costas” elásticas. Normas: EN 13982-1, EN 13034, EN 1149-5, EN 1073-2, EN 14126.	1920



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

10. Sapato de segurança Preto	Sapatos de segurança em pele impermeável, com sola em PU, com a parte superior resistente à água, com biqueira e palmilha de aço, tacão antiderrapante e absorvente de energia S3. Norma: EN ISO 20345.	63
11. Sapato c/ biqueira de aço Preto	Sapato em Crute com sola em PU de dupla densidade, com biqueira de aço e palmilha normal. Norma: EN ISO 20345, S1.	57
12. Bota c/ biqueira de aço Preto	Bota em couro Impermeável, para manter os pés secos em condições húmidas, biqueira e palmilha de aço, tacão antiderrapante e absorvente de energia S3. Norma: EN ISO 20345.	445
13. Bota de segurança (para asfaltador) Preto	Botas de segurança em Crute com sola de borracha resistente ao calor (300°C), com sola e biqueira de aço, rebordo acolchoado, forro respirável, antiderrapante. Norma: EN ISO 20345.	23
14. Galochas Preto	Galochas em PU à prova de água e sem costuras, com biqueira em aço, antiderrapantes, com forro de nylon lavável e calcanhar com saliência para facilitar o descalçar. Norma: EN ISO 20345. S5.	193
15. Caneleiras	Caneleiras em PE, resistentes ao impacto, com cobertura de toda a canela e joelho, leves frescas e confortáveis, indicado para trabalhos com roçadoras e motosserras. Normas: EN 14404:2004+A1:2010	104
16. Proteção física	Luvas em pele, com elástico na zona do dorso, destreza: nível 5 e riscos mecânicos: 3,1,3,2. Normas: EN388 e EN420	835



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

17. Proteção química de nitrilo (Aplicação de produtos fitofarmacêuticos)	Luvas de nitrilo com boa elasticidade, elevado conforto e sentido do tato com alta resistência à perfuração. Norma: EN 374.	1920
18. Luvas de segurança (soldador)	Luvas em couro/crute com o dorso em Kevlar aluminizado, canhão de aproximadamente de 15 cm; para os riscos mecânicos – 4,1,3,4 e riscos térmicos – 4,1,3,4,4,3, indicadas para trabalhos de soldadura. Normas: EN388, EN407, EN 420	33
19. Mascara FFP2 com Válvula (Aplicação de produtos fitofarmacêuticos)	Máscara descartável FFP2 NR constituída por estrutura resistente, com válvula, boa proteção contra aerossóis ligeiramente tóxicos, com baixa humidade e calor dentro da máscara. Norma: EN 149	1920
20. Mascara cirúrgica (uso comum)	Máscara cirúrgica descartável tipo II. Norma: EN 14683:2019.	5320
21. Capacete Branco / Azul / Verde / Amarelo	Capacete com casco de ABS, arnês de nylon, ajuste de quatro pontos, ignífugo, banda suave para o suor, viseira prolongada, boa capacidade de absorção de impactos e proteção contra a penetração. Norma: EN 397.	93
22. Óculos de sobrepor	Óculos de sobrepor em policarbonato, com hastes ajustáveis, de utilização prolongada, anti risco e anti embaciamento. Norma: EN 166.	48
23. Viseira em policarbonato com arnês	Viseira em policarbonato incolor, com pelo menos 20 cm, resistente ao calor, a produtos químicos e a impactos. Nota: Possibilidade de adaptação a capacete e a protetor auricular). Norma: EN166.	112
24. Viseira em malha de aço com arnês	Viseira em malha de aço (rede) dielétrico, com pelo menos 20 cm, resistente a impactos. Nota: Possibilidade de adaptação a capacete e a protetor auricular. Norma: EN166.	112



REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
GOVERNO REGIONAL
SECRETARIA REGIONAL DE EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS
DIREÇÃO REGIONAL DE ESTRADAS

25. Protetores auriculares	Protetor auricular macio e flexível, com possibilidade de adaptação ao capacete / viseira, com indicação de NRR – Nível de Redução do Ruído, com atenuação de pelo menos 30dB. Norma: EN352-1.	62
26. Tampões auditivos	Tampões auditivos em silicone/espuma de polímero/poliuretano, com cordão e resistente à humidade, com indicação de NRR – (Nível de Redução do Ruído, atenuação de pelo menos 32 dB. Norma: EN352-2.	4

Secretaria Regional de Equipamentos e Infraestruturas

Direção Regional de Estradas

dezembro de 2024